

6 julio 1981

Levantamento: Situaco Atual
C.P. 54097
CEP 01000 Sao Paulo, S.P.

Caros Senhores,

No decorrer do ano passado o Cultural Survival e o Anthropology Resource Center acompanharam de perto o desenvolvimento das negociações em torno do Projeto Polonoroeste, cujo financiamento parcial está sendo estudado pelo Banco Mundial.

Concluimos que o Banco Mundial insistiu em que qualquer empréstimo deveria ser condicionado ao fornecimento de garantias pelo Brasil com referência à sobrevivência física e cultural dos indígenas localizados na região do Projeto. O Banco recebeu e reviu um plano de ação que o Brasil, especificamente a FUNAI, pretende implementar para proteger a terra indígena na região do Projeto, através de sua demarcação e da evicção de invasores, para prover as comunidades indígenas com serviços de saúde preventivos e curativos bem como outras medidas de assistência. O Banco insistiu em que o Brasil apresentasse provas concretas da implantação dessas medidas protetoras antes de tomar qualquer decisão referente ao financiamento do Projeto.

Encorajou-nos a atitude do Banco quanto a esses aspectos. Entretanto, reflexão mais aprofundada nos compele a solicitar ao Banco a consideração de mais dois aspectos do problema, enquanto estuda a possibilidade de financiar o Projeto Polonoroeste. Ingredientes fundamentais para o sucesso do Projeto, tanto quanto saibamos duas questões ainda não foram levantadas ou resolvidas: primeira, o fato de que a opinião dos povos indígenas na área do Projeto deve ser levada em consideração; segunda, a necessidade de o Projeto ser assessorado a nível de execução por um grupo independente da FUNAI.

Acreditamos que os povos indígenas devem ter um papel ativo na formulação, implementação e avaliação do Projeto e que um grupo não vinculado ao governo deveria ser formado para supervisionar e avaliar o Projeto. Quanto à primeira questão, é evidente decorrência do princípio geral que consiste em consultar os residentes de áreas em que qualquer projeto vá ser implementado. Isto é especialmente verdade para regiões habitadas por populações indígenas, uma vez que estas tem maiores probabilidades de serem afetadas de maneiras que não são passíveis de previsão por nossa parte. As populações indígenas são frequentemente as únicas especialistas em suas próprias regiões, particularmente em assuntos tais como relações inter-grupais, uso da terra e limites de sua utilização, ecologia, recursos disponíveis. Portanto, é crucial fazer um esforço sistemático para contactar todos os indígenas na região afetada pelo Projeto, consultando-os de maneira mais ampla e representativa. Um Conselho Indígena poderia então opinar sobre a viabilidade e adequação de quaisquer projetos nas regiões indígenas, colaborando em sua supervisão e facilitando sua implantação. Os representantes indígenas poderiam contribuir para a garantia de que os projetos serão desenvolvidos de maneira a promover a dignidade indígena, sua prosperidade e autonomia. Em particular, representantes indígenas poderiam oferecer contribuições inestimáveis para o projeto nos setores de educação, desenvolvimento econômico, demarcação de terras e saúde.

Nossa segunda sugestão baseia-se no fato de que a única agência mediadora entre o Banco e as populações indígenas na região do projeto é a FUNAI. De acordo com a lei a FUNAI é a agência governamental responsável pela implementação do Projeto. Ela é, de direito, a tutora de todos os índios brasileiros e como tal deve ser responsável por seu bem-estar. Entretanto, há dúvidas

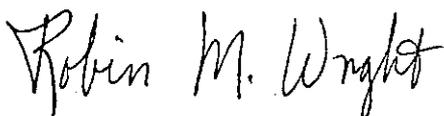
quanto à capacidade e vontade da atual administração da FUNAI em implantar as salvaguardas exigidas pelo Banco Mundial. Mais ainda, é duvidoso se os interesses dos povos indígenas serão atendidos enquanto a FUNAI for o único mediador neste Projeto. Declarações feitas pelo Presidente da FUNAI e por outros de seus funcionários de alto nível indicam que a FUNAI tem interesses contraditórios àqueles dos índios. Acreditamos, portanto, que um grupo permanente de avaliação, não vinculado ao governo, deve ser constituído para avaliar o impacto do Projeto nas populações indígenas. Esse grupo deve constituir-se de não-índios que, entretante, estejam a par da situação indígena, trabalhem diuturnamente com os indígenas e sejam detentores de experiência profissional de trabalho com indígenas. O grupo deve incluir antropólogos e indigenistas, advogados e pessoal médico, agentes e ex-agentes indigenistas da FUNAI e missionários. Os membros do grupo poderiam ser indicados por organizações, no Brasil, vinculadas ao problema.

O grupo de avaliação não-governamental deveria ter duas importantes funções: 1 - prover informação confiável e evidência concreta sobre os programas e política da FUNAI na região; 2 - assistir e colaborar com o Conselho Indígena na avaliação do projeto.

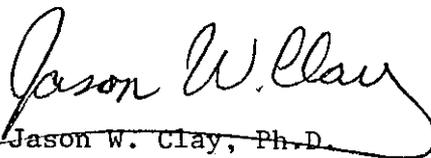
Estamos convencidos de que o Banco Mundial está tentando implementar políticas que preservarão as populações tribais passíveis de serem afetadas por projetos de desenvolvimento. Seria altamente relevante se sua organização e seus membros, individualmente, escrevessem para o Banco Mundial (Robert Skillings, The Brazil Desk, The World Bank, 1818 H St., NW, Washington, DC 20433) enviando sugestões que digam respeito àquilo que, em sua opinião, julgam ser de maior relevância para as populações indígenas que vivem na área do Projeto Polonoroeste. O Banco estará formando sua opinião nos próximos meses, e sua decisão final é esperada provavelmente para setembro ou outubro; quaisquer sugestões, portanto, que se pretendam eficazes deverão ser imediatamente encaminhadas ao endereço acima mencionado.

Sem mais no momento,

Subscrevemo-nos Atenciosamente,



Robin Wright, Ph.D.
Coordinator, Amazon Project
Anthropology Resource Center



Jason W. Clay, Ph.D.
Director of Research
Cultural Survival, Inc.